



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Relatório de Visita ao Aterro Sanitário de Brasília

Data: 20/2/2020

Horário: 14h

Equipe: Membros da Comissão de Direito Ambiental e Sustentabilidade da OAB/DF presentes:

Romulo Martins Nagib

Peter Otávio Costa

Yuri Schminke Almeida Belchior Tisi

Vitor Batalha

Maria Emília da Costa

Convidado da ABREN: André Gonçalves

Equipe do SLU:

Gustavo Souto Maior: Vice-presidente do SLU

Cícero Lacerda: Gerente do aterro Sanitário de Brasília

Márcio Godinho: Chefe da Assessoria de Comunicação do SLU

Motivos da visita e contexto: Na segunda quinzena de janeiro, após período de precipitações acima da média para o Distrito Federal, o SLU produziu documento interno informando que o sistema de tratamento de chorume do aterro sanitário teria entrado em “colapso”.

Este documento veio a público e causou apreensão. Notícias alarmantes foram divulgadas na mídia. Nesse contexto, a OAB/DF enviou ofício ao SLU com solicitação



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

de informações sobre o caso. Em 13/2/2020, o presidente da Comissão de Direito Ambiental e Sustentabilidade da OAB/DF, Romulo Martins Nagib, concedeu entrevista para a Rede Record de televisão, ocasião em que demonstrou preocupação com a



situação instalada. No mesmo dia, o SLU respondeu ao ofício encaminhado pela OAB/DF. A resposta foi bastante satisfatória, com a apresentação de um contexto da situação, providências adotadas para conter o problema emergencialmente, além de informações sobre as ações que visam a solução definitiva do

tratamento do chorume no aterro sanitário.

Ato contínuo, a Comissão de Direito Ambiental e Sustentabilidade entrou em contato com o SLU para solicitar uma visita institucional ao aterro. A visita foi agendada para 20/2/2020, às 14 horas.

Informações gerais sobre o aterro: O aterro sanitário de Brasília foi inaugurado em 2017 e passou a receber todo o lixo descartado do Distrito Federal. O lixo reciclável é tratado pelas cooperativas de “catadores”. Com a inauguração do aterro, o lixão da Estrutural foi desativado.

O aterro recebe diariamente entre 400 e 420 caminhões de lixo, cerca de 2.700 toneladas, de segunda a domingo às 7h da manhã. A partir desse horário, os caminhões encerram as atividades e só retornam na segunda às 7 horas da manhã. Não há paralisação das atividades em nenhum feriado. O aterro funciona durante 24 horas por dia, exceto aos domingos.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O lixo é depositado no maciço, local onde é enterrado. O maciço contém dutos para escoamento do chorume e 260 queimadores para queimar o gás metano gerado pela decomposição do material orgânico.

Quanto ao chorume, são gerados, em média, 900 metros cúbicos por dia, ou seja, 90 mil litros.

Tratamento do chorume: quando o aterro foi inaugurado em 2017, o chorume gerado era levado de caminhão, diariamente, para a estação de tratamento de esgoto



da Caesb (Companhia de Saneamento do Distrito Federal), que está localizada em terreno ao lado do aterro.

Origem do problema do final de janeiro/2020: Em maio/2019, a Caesb enviou uma correspondência para o SLU comunicando que não receberia mais o chorume para tratamento porque estava

enfrentando problemas técnicos ao misturar o chorume com o esgoto na estação. Assim, o SLU construiu, emergencialmente, as lagoas (reservatórios a céu aberto) para estocagem do chorume, até que fosse encontrada uma solução para o seu tratamento. Em setembro/2019 foi contratada, por contrato emergencial de seis meses, uma empresa para tratar o chorume. Até que a planta de operação fosse construída, o chorume continuou sendo estocado nas lagoas. A empresa começou a operação em novembro/2019, porém com capacidade produtiva para tratar somente o chorume gerado no dia.

Enquanto isso, o estoque antigo das lagoas continuou à espera de solução.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Porém, com as fortes chuvas do final de janeiro, os níveis das lagoas chegaram ao limite máximo e o estado de alerta foi acionado. Houve receio de que o chorume



transbordasse e atingisse o curso d'água do Rio Melchior, que fica a cerca de 200 metros do local. Ressalta-se que o produto do chorume tratado é lançado nesse rio, sem qualquer prejuízo, já que a Adasa e o Ibram fiscalizam rotineiramente a qualidade do produto final.

Ações que estão sendo desenvolvidas para a solução definitiva do problema:

Segundo planejamento do SLU, a partir de março de 2019 haverá a construção de um novo maciço, porque o atual está em sua capacidade máxima. O novo maciço será construído no mesmo local onde estão algumas das lagoas que armazenam o chorume não tratado.

Com o final do período das chuvas, o volume de chorume deverá ser reduzido em um terço. Atualmente estão sendo gerados cerca de 1.200 metros cúbicos diários de chorume. No período de seca esse volume será reduzido para cerca de 400 metros cúbicos. Esta redução do volume possibilitará que a empresa contratada trate o chorume que está armazenado e as lagoas deixarão de existir.

O novo maciço será construído com o incremento de algumas melhorias, dentre elas: Vai contar com a canalização para aproveitamento do biogás gerado para produção de energia limpa, em substituição aos queimadores.

Concomitantemente, a empresa contratada já está adotando medidas para melhorar a qualidade do produto obtido com o chorume tratado, um líquido de cor amarelo claro. Considerando as inovações introduzidas no processo, este produto, bastante



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

semelhante à água, será utilizado para lavar caminhões, aguar a grama e molhar as áreas do aterro que geram poeira na época da seca.

Enquanto isso, o SLU está buscando alternativas tecnológicas mais desenvolvidas para o tratamento do lixo, de forma a aumentar a compostagem do lixo orgânico, aumentar a reciclagem, entre outras. O objetivo é reduzir ao máximo ou mesmo zerar o lixo enterrado.

Informações adicionais: o aterro sanitário funciona em observância a todos os critérios de proteção ambiental definidos pela Adasa (Agência Reguladora de Águas). A operação recebe constante e rotineira fiscalização do Ministério Público, da Adasa e do IBRAM (Brasilia Ambiental).

Avaliação da equipe da OAB/DF - Comissão de Direito Ambiental e Sustentabilidade: O problema detectado inicialmente está sendo monitorado e tudo indica que não há riscos de vazamentos do chorume e consequente contaminação do meio ambiente no local.

O SLU está em constante atualização dos métodos de trabalhos e tecnologias empregados no tratamento dos rejeitos gerados no Distrito Federal. Há, entretanto, muitas melhorias a serem implementadas, inclusive as relativas à reciclagem, compostagem do lixo orgânico, logística reversa, além de ações educativas e fiscalizatórias para conscientizar a população sobre a necessidade de gerar menos lixo.

Ao final, os representantes do SLU ressaltaram a importância da participação da sociedade e o acompanhamento dos órgãos que representam a sociedade civil para que o Distrito Federal seja referência nacional no tratamento dos resíduos sólidos.